

O mercado brasileiro na correspondência de Antonio Feliciano de Castilho e Camilo

[\[1\]](#)
Castelo Branco

Marisa Lajolo
Instituto de Estudos da Linguagem / Unicamp
CNPq - Fapesp

Entre nós, estamos no tempo de Camões: podeis compor *Os Lusíadas*, quem vo-lo proíbe? [...]O governo que é inteligente e esclarecido, dará ao vosso maior poeta no fim de sua vida os 15 mil réis anuais d'El Rey D. Sebastião, e a Misericórdia franqueará os seus hospitais ao protegido do

[\[2\]](#)
Rei ! [1847]

[...] taças de prata em casa de escritores portugueses são como taças de amargura, quando o vácuo delas é como o da glória em Portugal. Vendo-a por 300\$000 réis.” [1872] [\[3\]](#)

Queixas relativas à situação econômica do escritor são antigas, constantes e unânimes. Como saída para o que aparenta ser a eterna penúria de escritores, a história registra diferentes medidas tomadas em diferentes países, inclusive em Portugal e no Brasil. As propostas abrangem desde o patrocínio governamental da atividade literária defendido por Alexandre Herculano em Portugal e praticado por Pedro II no Brasil, até a luta por legislação que regulamente a propriedade literária, em que se empenha Almeida Garrett em Portugal e Pardal Mallet no Brasil. Permeando ambos os esforços, a história também registra inúmeras – e quase sempre frustradas – tentativas de organização de associações que defendam coletivamente os interesses de escritores. Em *O preço da leitura*, Zilberman e eu estudamos o longo e lento processo de profissionalização do escritor no cenário luso-brasileiro. [\[4\]](#)

Na mesma direção do livro acima mencionado, e dando continuidade às pesquisas nele apresentadas, este trabalho pretende discutir alguns recantos do cenário oitocentista da questão cartografados por discursos privados e eventos miúdos da esfera da edição e da produção literária do mundo luso-brasileiro.

Na correspondência de Antonio Feliciano de Castilho (1800 – 1875) ressalta, por exemplo, a precoce percepção do escritor tanto da relação estreita entre literatura /escola e público leitor, quanto a presença do Brasil como mercado no horizonte de profissionalização dos escritores portugueses. A partir daí podem ser rastreadas ambigüidades e sutilezas do relacionamento intelectual Portugal/Brasil, sobretudo quando este relacionamento passa pela infra-estrutura material disponível – mas quase sempre insatisfatória – em ambos os países para produção e circulação de livros.

O que se passa em Portugal e no Brasil não se afasta em substância do que se passa na Europa e nos Estados Unidos. A diferença fica por conta da lentidão com que as medidas modernizadoras exigidas pelo ingresso da produção literária no sistema capitalista são tomadas nas duas nações. Pelo atraso, fala o retardo da revolução burguesa em ambos os países e, no caso brasileiro, sua incompletude.

De qualquer maneira, e ainda que tardiamente para padrões europeus, Brasil e Portugal incluem a questão da propriedade intelectual em algumas das legislações que promulgam ao longo do século XIX e, pouco depois, passam a ser também signatários de convenções que regulamentam a propriedade intelectual em âmbito internacional. Traduzindo mais autores estrangeiros do que tendo seus autores traduzidos, a partir de inícios do século XX – e salvo alguns poucos retrocessos a práticas de pirataria editorial no caso brasileiro – portugueses e brasileiros passam a integrar a comunidade internacional que regulamenta a tradução e circulação de livros que cruzam fronteiras.

Os índices altos de analfabetismo e os eloqüentes indícios de práticas ralas de leituras de maior fôlego ^[5] que Portugal e Brasil ostentam, ao longo do século XIX dificultam a constituição de um mercado consumidor de livros, essencial à ruptura do mecenato e à profissionalização do escritor. Assim, campanhas pela leitura em ambos os países, quase sempre desenvolvidas com argumentos de recorte nacionalista e civilizatório, constituem, ao longo do século XIX, tanto projeto político de ^[6] *modernização* de suas respectivas sociedades, quanto luta pela sobrevivência econômica de seus militantes. Sobretudo quando estes são escritores, o

que ocorre, por exemplo, com Antonio Feliciano de Castilho em Portugal e com Olavo Bilac no Brasil^[7].

É nesse cenário de escassez de público para livros que avulta a figura de Antonio Feliciano de Castilho, cuja correspondência é preciosa pelo que revela dos bastidores da luta pela profissionalização do escritor, e é nestes bastidores que o Brasil às vezes surge como personagem fundamental para o desenrolar da peça.

Em carta de abril de 1853, Antonio Feliciano de Castilho queixa-se da situação precária do escritor português e manifesta intenção de mudar-se para o Brasil, onde parece acreditar que desfrutaria de situação melhor.

Em sua pena, a antiga América Portuguesa é um Eldorado titilante de moedas, paraíso economicamente promissor, extensão de Portugal e, por hipótese de braços abertos para o ex-colonizador:

Portugal, onde vida literária é, por ora, de todos os baldios o mais estéril; o meu Portugal, e nosso Portugal, não me apresentava a mínima probabilidade, nem possibilidade sequer, para a realização desta minha santa e já tardia avareza. Ocorreu-me, não podia deixar de me ocorrer, o País, que ainda há pouco era também Portugal, o Império Grande; onde todos temos parentes; onde os apelidos são os das nossas famílias; onde se fala, se lê, e se escreve a nossa língua; onde o Trono é irmão do nosso Trono; onde o Chefe do Estado, filho de D. Pedro Grande e D. Pedro Grande, ele mesmo ama, cultiva e honra as letras [...] só ali é que eu podia aspirar a converter em fato a minha utopia doméstica [...]

(Antonio Feliciano de Castilho, 1975, p.405).^[8]

Mas a mudança não se realiza.

Um ano depois, (27.03.1854), outra carta revela um outro Castilho, já de bem com sua terra natal. Escrevendo a José de Macedo Araújo Jr., ele volta a mencionar o Brasil, mas em outro tom. Ameniza a anterior ameaça de exílio e anuncia para breve uma viagem ao Brasil, aonde irá como convidado, com o objetivo bastante específico de habilitar professores brasileiros para aplicação de seu método de alfabetização em escolas brasileiras^[9]:

Não me foi possível deixar de aceitar o convite, que do Rio de Janeiro se me faz, para eu ali dar um curso normal de leitura pelo nosso método. Hei de partir de Lisboa no paquete transatlântico de maio; mas hei de estar outra vez fundeado no Tejo, no paquete transatlântico de meado setembro [...] (Antonio Feliciano de Castilho, 1975, p.237) ^[10].

Com efeito, conquistar os proventos do mercado brasileiro – cujos leitores já lhes eram fiéis – talvez constituísse um dos mais caros sonhos dos escritores portugueses da segunda metade do século XIX, cuja obra – muitas vezes pirateada – parece ter circulado largamente entre os leitores brasileiros. ^[11] No caso particular de Antonio Feliciano de Castilho, manifestação bastante pragmática das investidas portuguesas no mercado brasileiro expressa-se em seu esforço para ampliar a adoção de seu livro didático no Brasil. Em sua correspondência, a menção ao mercado brasileiro é recorrente, como também o será na correspondência de outro autor português de livros escolares: João de Deus (1830-1896), que em 1876 publicou a *Cartilha maternal*.

Nenhum deles hesita em lançar mão da influência de que conseguem desfrutar junto a políticos e intelectuais brasileiros, com vistas à adoção oficial de seus respectivos livros, num país (o Brasil) que em 1860 tinha 8.440.000 habitantes, e registrava 139 mil matrículas no curso primário em 1872. ^[12]

O sucesso de Castilho em tais esforços manifesta-se, por exemplo, no episódio relatado em setembro de 1854 quando do Porto, onde dava um curso de capacitação de professores, escreve à esposa aludindo a um discurso de Jaguaribe na Câmara dos Deputados (do Rio de Janeiro), no qual o parlamentar teria feito a defesa do método português:

J'ai reçu hier par la poste le Journal du Commerce de Rio, où il-y-a un discours prononcé a la chambre des députés par Jaguaribe, le même qui avait déjà parlé avec assez d'intérêt sua la Methode portugaise. Son discours est bien. Je crois que Braz Tisana (Bandeira) va le reproduire un de ces jours [...] ^[13]

Mas Antonio Feliciano de Castilho tinha aliados fiéis.

Seu irmão, José Feliciano de Castilho, vivia no Brasil desde 1847 e participava ativamente da vida intelectual brasileira, sendo inclusive responsável pela coleção *Livraria clássica*

portuguesa editada pelo braço brasileiro da Editora Garnier. O esforço para abrir as portas do mercado brasileiro para a produção castilhana parece ter tido sucesso, a julgar pela carta acima transcrita.

O consumo brasileiro de obras portuguesas – cujo significado econômico ainda está para ser analisado com mais rigor ^[14] – era acompanhado de um tipo de reconhecimento público a que não ficavam indiferentes os escritores da ex-metrópole e que provavelmente muito enciumava os escritores patricios.

Em março de 1872, por exemplo, D. Pedro II, Imperador do Brasil visita Camilo Castelo Branco (1825-1890) em São Miguel de Ceide. O escritor recebe a visita como penhor de seu prestígio internacional, prestígio que ele dividia com Castilho que, em 1877, de Lisboa, dirige-se *aos portugueses de Porto Alegre* agradecendo-lhes homenagens recebidas:

[...] viestes vós com a vossa pena de oiro, com as vossas expressões de afeto, mais preciosas que oiro ou brilhantes , cobrir-me de uma glória que excede todas as ambições do tempo em que eu as tinha [...]

Também na correspondência de Camilo Castelo Branco, o prestígio conseguido no exterior, entre portugueses emigrados, é ostentado (e com traços de profunda amargura) como contra-face do destrato do escritor na terra mãe. Homenageado – desta vez por um público reunido no outro extremo do Globo terrestre – Camilo alude à precariedade de sua situação financeira ao registrar a intenção de transformar capital simbólico (uma taça de prata) em capital econômico.

Em carta de 1872 dirigida a José Gomes Monteiro, Camilo relata:

Recebi, há anos, uma taça de prata, brinde da colônia portuguesa de Hong Kong. Dizem ser um trabalho primoroso, que lá custou cem libras. Creio que materialmente não vale isso; e estimativamente poderia valer mais se eu pudesse ter baixela.

Tem o meu nome e uma dedicatória em caracteres chineses. Isso que monta ? Vendo-a, porque taças de prata em casa de escritores portugueses são como taças de amargura, quando o vácuo delas é como o da glória em Portugal. Vendo-a por 300\$000 réis. Note V.Exa. que ela não tem um terço daquele valor em pauta. Parece, porém, que os labores são estimáveis.

– Então que quer você ? – pergunta V.Exa.

Pedir-lhe que apresente esta alfaia à Exma. Sra. D*** que tem riqueza e gosto superabundantes. Se S.Exa. a quiser, pode aspar-lhe o meu nome; e se não lhe importar que a sua posteridade encontre esta memória de um homem que passou um dia a querer luzir nesta escuridão abafadora de Portugal, S.exa. honrará a minha memória conservando-a intacta (Antonio Cabral, 1918, s/p [\[15\]](#) .)

Não é, no entanto, apenas como escritores reconhecidos no além-mar que Camilo e Castilho nos introduzem em diferentes movimentos e etapas da profissionalização do escritor em Portugal. A conjuntura de que ambos participam sugere papéis – imaginários ou históricos – para o Brasil, como ocorre na articulação do tema *profissionalização do escritor* com o assunto *alfabetização* e na convergência de ambos com o fortalecimento e legitimação literária do gênero *romance*.

Sendo a escola a instituição social responsável pela formação inicial de leitores, o romance pode ser concebido como a instituição literária responsável pela difusão ampla e popular de práticas de leitura individual e prazerosa. É como se o romance desse um sentido menos pragmático – eventualmente até libertário – às habilidades de leitura que, através do sistema escolar então implantado, se disseminam pela Europa a partir do século XVIII.

É na superposição de *alfabetização* com *romance*, que Castilho e Camilo estreitam os laços através dos quais ambos participam de lances decisivos para a modernização do modo de produção da literatura.

Antonio Feliciano de Castilho, o grande representante da militância pedagógica, dá as mãos a Camilo Castelo Branco, o grande representante da educação literária popular em língua portuguesa e seus caminhos se cruzam num projeto que – embora aparentemente nunca se tenha concretizado – foi delineado por Castilho e encaminhado a Camilo, ao longo de cartas dirigidas em 1864 pelo primeiro ao segundo.

Em setembro deste ano, Castilho sugere a Camilo Castelo Branco que tematize a escola em um romance. Seus argumentos atestam a crença na força do gênero *romance* como formador de opinião, bem como em Camilo como romancista popular

Veja lá se dá um romance consagrado principalmente a fazer ressaír a infame bruteza da escola-galé, e do ensino sevícia; a deserdação enorme que nisto vai para o futuro [...] A obra que lhe encomendo e recomendo aqui parece humilde, parece, mas eu não creio que a haja de maior monta, pela grandeza e imensidade dos resultados; como tal

merece bem que um gênio que sobre o mínimo assunto improvisa volumes sobre volumes, qual a qual mais sedutor, lhe consagre duzentas ou trezentas páginas, que apenas lhe custarão uma semana de ócio [...] (Antonio Feliciano de Castilho, 1975, p. 355) ^[16]

Para leitores familiarizados com a retórica a partir da qual Castilho se refere a seu *Método de leitura repentina* ^[17], a adjetivação da escola que propõe para vilã da obra que encomenda a Camilo Castelo Branco (*escola- galé; escola sevícia*) parece identificá-la à escola que os métodos pedagógicos por ele preconizados em seus livros didáticos irá redimir.

Em 14 de setembro Castilho volta a insistir com seu colega de ofício, detalhando para Camilo aspectos, personagens e cenários para o romance solicitado há duas semanas quando, aparentemente, desqualificara o trabalho intelectual envolvido na produção da obra ao mencionar *duzentas ou trezentas páginas, que apenas lhe custarão uma semana de ócio* fazendo, nisso, eco à crítica e às convenções de seu tempo quando o romance – porque popular – era gênero menor ^[18].

. Embora diga que é temeridade *dar conselhos a tão exercitado mestre*, Castilho desce a detalhes da fatura romanesca que julga mais adequada aos objetivos pretendidos, enumerando procedimentos que possam garantir certos efeitos de sentido no espírito do leitor. Hoje vemos a perspicácia do escritor: suas considerações não estão longe de constituírem uma estética da recepção *a priori*.

Escreve ele a Camilo:

A tão exercitado mestre, temeridade seria, o dar conselhos; mas entre amigos, e sem quebra no respeito pode-se aventurar uma lembrança. Direi pois que a novela de tão santos e simpáticos intuitos deve ser, quanto a mim, concebida e executada com a mais arteira diplomacia, e velhaca malícia (perdoe-me o emprego destas expressões que estão elas próprias espantadas de se verem aqui); é mister, ou muito me engano, que a escola exemplar e regenerativa, com o que pertence à sua organização intrínseca, não ocupar, na galeria de seu romance a parede de honra e a mais em cheio alumiada. Pelo contrário; o que é para nós principal, não se deve aos leitores apresentar senão como acessório, ou episódico; felizes nós, se ainda assim no-lo aceitarem, sem os soberbos fastios com que os fartos e embriagados à mesa de um banquete ouvem o pregão que na rua vai passando à chuva ou ao vento, a pedir pão, pelo amor de Deus, para criancinhas que se desfolham e finam, de pura míngua (p. 360) .

Como se vê, a argumentação de Castilho constitui entusiasmada profissão de fé no gênero romanesco e aposta com fervor na popularidade de Camilo Castelo Branco:

[...] Vamos ver se um romance de V.Exa. não poderá mais, que todos os meus sermões no deserto, e todos os meus desapadrinhados requerimentos. Tenho grande fé em que sim (p. 358).

Discutindo a popularidade da produção camiliana, Castilho entrega-se a uma improvisada mas nem por isso menos interessante sociologia de leitores:

Um romance de V. Exa. entra por todas as casas, conversa com ricos e pobres; deposita-se em todos os ânimos; torna-se tema de todas as conversações; nas das mulheres como um sucesso real, porém mais saboroso que os da história; nas dos aplicados, como um estudo que, por baixo das flores traz os frutos; na dos políticos e magnates, como um desenfado apetitoso, onde, posto não seja isso o que eles mais procuram, se lhes deparam muitas verdades desencruadas, e condimentadas por quem possui melhor que ninguém a difícilima arte de as cozinhar para o paladar de todos (p. 358) .

Nesta saborosa tipologia de leitores, Castilho não deixa de rotular como *pouco exigente* a popularidade da obra camiliana. Não obstante o leve desdouro que atribuir a Camilo *a difícilima arte de [...] cozinhar para o paladar de todos* faz cair sobre ele, no fecho da carta Castilho parece querer redimir-se ao anunciar o cânone – também de escassa posteridade estética – que acolherá o romance encomendado, que passará – se seguida sua receita? – a desfrutar da zelosa companhia de obras, como diz o próprio missivista, *refeitas de bom senso e repassadas de virtude persuasiva*:

Conheço umas poucas de obras que me parecem constituir o que se poderia chamar de uma família de livros de bem, porque estão cheias de amor aos homens, refeitas de bom senso e repassadas de virtude persuasiva: O Vigário de Wakefield, por Goldsmith, o Medecin de Campagne por Balzac, o romance espanhol Eusébio ou o Canastreiro, não me lembro de que autor, o Robinson Suíço, por Wiss, o Simão de Nântua, por Jussein, o Novo amigo dos meninos por Saint Germain Leduc, a Educação das mães de Família, por Aimé Martin, a Solidão por Zimmermann, os Colóquios aldeões, por Cormenin, e O bem e o mal, por Camilo Castelo Branco.

Eis aqui a ilustre e amável família em que tem de entrar o Romance que eu espero com avidez, e que bom será se não chegue a desconfiar que fui eu quem o pediu ou o desejou (360).

Não deixa de ser curioso observar-se – tanto nas considerações com que Castilho busca convencer seu confrade de letras a aceitar a empreitada que lhe confia, quanto na receita que fornece para o romance que encomenda – que para Castilho, alfabetização, escola e, or tabela, a criação de um público leitor é questão confiada à *consciência* de ricos eventuais leitores de romances camilianos:

A avó e a mãe da criança instruída naquela casa comum para vir a ser melhor, mais prestadia e afortunada que os seus genitores, quando sentadas à tarde no poial diante de sua porta, conversassem em espírito com suas rocas e estrigas, que tantas coisas sérias ensinam sem o parecer, e vissem passar ao lado do Brasileiro das veneras, o Brasileiro da escola, saudariam o primeiro, mas ao segundo beijariam as mãos porque neste veriam a Providência feita [...] (p. 359)

A obra encomendada por Castilho tem destino certo e nomeadamente brasileiro: mover o ânimo e comover os bolsos de *brasileiros*, personagem tão presente e satirizada no romance oitocentista português, inclusive no camiliano. Tal figura, no entanto, sai da ficção e entra na vida real em outro trecho da carta de Castilho:

Parece incrível que de tantos portugueses como do Brasil nos tem regressado e regressam todos os dias, pletóricos de ouro, e dez vezes mais amantes da pátria do que para lá foram, parece, repito, incrível, que nenhum se lembrasse ainda de levantar para si um monumento no amado torrão que o viu nascer, criando-lhe e dotando-lhe para perpetuidade, uma escola de vez e de bênção, a qual não só como escola aproveitaria, mas também como exemplo, e incentivo a outros ricos, com envergonhação saudável às pseudo-escolas de que nos inçamos cada vez mais [...] (Antonio Feliciano de Castilho, 1975, p. 355-360).^[19]

A menção que na passagem acima faz Castilho a *tantos portugueses como do Brasil nos tem regressado e regressam todos os dias, pletóricos de ouro, e dez vezes mais amantes da pátria do que para lá foram* não constitui uma imagem lisonjeira do Brasil: trata-se, no entanto, de uma representação de Brasil para consumo interno de intelectuais portugueses, inclusive para aqueles que, como o próprio Castilho, como já vimos, brandiam – quando e como lhes convinha – o respeito e admiração de que gozavam na ex-colônia, em contraste ao descaso e pouca consideração de que eram alvo na ex-metrópole.

Esta ambígua representação do Brasil azeda-se ainda mais na pena de um editor.

Com efeito, entre junho e novembro de 1899, o editor Henrique Marques, a serviço da empresa *Editora História de Portugal*, viaja ao Brasil. ^[20]

[...] a fim de fazer na grande república irmã a propaganda da História de Portugal [nome de sua editora ml]. Mas esperava-me a maior das decepções. Eu levava algumas cartas de recomendação, das quais apenas entreguei metade; as outras rasguei-as, tais se me afiguravam os resultados de semelhantes apresentações.

Tudo quanto se dizia de bom acolhimento, de proteção aos portugueses que lá iam, não passava de uma laracha; o que se sofriam eram vexames, como "cá vem mais outro", "para que diabo serve isso?", "fartos de intrujices já nós estamos", etc etc etc. Eu, que não tinha lata para ouvir observações destas, indignei-me por mais de uma vez, o que, está bem de ver, me deu mau resultado. Em todo o caso, ainda percorri, além do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Desterro, Paraná, Paranaguá, Rio grande do Sul e Pelotas. Essa viagem serviu-me ao mesmo tempo para eu ver o Brasil quase de norte a sul [...] Não trouxe do Brasil nem assinaturas... nem saudades. Aquilo não era para mim. Era para gente de outro estofo e de outros processos; cumpre ser espertalhão e ir já de peito feito para trazer de lá dinheiro, seja por que meios for (Henrique Marques, 1935, p.239-246).²¹

Como explicar intensificação de tanto mau humor e anti brasileirismo? A que atribuir as distintas imagens de Brasil manifestadas no interior do mesmo sistema literário português? À diferença de posições ocupadas no campo por escritores, livreiros e editores?

A contradição talvez se explique em função do momento da viagem de Henrique Marques, quando um Brasil já republicano tentava cortar (mais uma vez os laços que o prendiam à mãe pátria: falávamos, até agora dos anos sessenta do século XIX e a viagem de Henrique Marques deu-se trinta anos depois, na década de noventa.

Neste mesmo final do século, duas cartas de Camilo Castelo Branco, a editores – pares, portanto, do ranzinza Henrique Marques – atestam a importância do mercado brasileiro para a produção literária portuguesa. Na primeira delas, datada de julho de 1889 e dirigida a Freitas Fortuna, Camilo – como intermediário para a edição da obra de Thomaz Ribeiro – atesta o peso do mercado brasileiro na decisão de que poemas editar:

Conquanto parte dessas poesias saísse nas Repúblicas, eu já lhe disse que aquele periódico viveu obscuramente, e decerto não chegou ao Brasil onde as poesias de Thomaz Ribeiro são muito estimadas. Afora isso o Freitas sabe que

Thomaz ainda goza foros de primeiro poeta, e eu não lhe conheço poemas de pequenas dimensões mais valiosos que estes que lhe remeto [...] (Júlio Dias da Costa, s/d/ p. 93).²²

Em carta um pouco posterior e relativa a uma obra do próprio Camilo Castelo Branco, a importância do mercado brasileiro se reforça, traduzida em números, que ensinam ser o Brasil fatia mais gorda de distribuição de uma impressão de dois mil exemplares.²³ Em seis de novembro de 1889, em carta ao mesmo Freitas Fortuna, Camilo Castelo Branco informa que

Resolvi publicar com o título: Nas Trevas 26 sonetos expurgados de outros que podiam magoar alguém. Os sonetos com o prefácio, dedicatória e outras miudezas poderão dar 40 páginas em 8º., um livrinho que se possa vender por 240 réis, ou por qualquer outra quantia que o meu amigo entender conveniente. Desejo que a obra seja impressa na oficina do Snr. Ferreira, levando em vista a modicidade do preço tanto no papel como na impressão. Tiragem: 2.000 exemplares: 500 para aí, 500 para Lisboa e 1:000 para o Brasil, que tenciono fazer lá vender com a intervenção do Visconde de S. Salvador de Matosinhos.

Dia nove do mesmo mês de novembro, e agora na pena de Anna Castro, que fala em nome de Camilo Castelo Branco reafirma-se a importância do mercado brasileiro absorver duas vezes mais exemplares de um livro do que Lisboa:

Dá a propriedade por mil exemplares para o Brasil, mais 6 em tiragem especial em bom papel e mais 20 para distribuir pela imprensa de Lisboa. A idéia de Camilo é mandar ao Visconde de Matosinhos os 1000 ex. para ele lá se encarregar da venda.

Como se vê – ao menos nas contas de Camilo – o mercado brasileiro pode responder por cinquenta por cento da tiragem de um livro de poemas, o que não é pouco.²⁴ O dado parece fundamentar em números o otimismo que desde os anos cinquenta dava ao Brasil o perfil de Eldorado aos olhos economicamente insatisfeitos de escritores como Castilho e o próprio Camilo.

Mas como também se vê nas duas últimas cartas, o retorno financeiro esperado dependia de procedimentos de distribuição pouco modernos, que envolviam a boa vontade e o prestígio de intermediários como o supra mencionado Visconde de S. Salvador de Matosinhos ²⁵,

aparentemente elo forte na rede de parceiros – de mecenas a fiadores da qualidade literária de uma obra – responsáveis pelo trânsito de livros de Portugal para o Brasil.

Marcas decisivas da modernização do mercado livreiro e da profissionalização do escritor são o fortalecimento do mercado e o enfraquecimento da relação mecenática, troca de favores entre protetores e protegidos, sujeita a injunções da ciranda política do momento. Por isso, nesse mesmo novembro de 1889, os planos de Camilo Castelo Branco tropeçam na súbita viravolta da situação política brasileira, como se vê na carta que, em dezessete desse mês, o romancista endereça a seu correspondente Freitas:

Meu querido Freitas:

A revolução republicana no Brasil veio transtornar as minhas esperanças na venda dos 1000 ex. patrocinados pelo Visconde de S.Salvador. Persuado-me de que no Brasil ninguém pensará em versos este ano mais chegado.

Portanto não há remédio senão rescindir o contrato visto que nenhum transtorno sofre o editor com a rescisão. O meu Freitas recolhe as poesias, e depois da minha morte as publicará, se elas valerem alguma coisa para os que cá ficarem.

Se o Costa Santos, ou por gostar dos versos ou por qualquer outra razão, os quiser editar dando-me pela propriedade, cento e cinquenta mil réis, eu me comprometo a escrever ao Visconde de S. Salvador para que lá no Brasil promova a venda, quando houver oportunidade de se venderem os 1000 exemplares.

Mas sendo natural que ele não aceite, subsiste o plano de publicação póstuma. No caso inesperado de que ele queira publicar sonetos, a importância será encontrada na quantia que eu estou devendo ao meu caro Freitas.

Esta república veio aumentar as perturbações de minha alma por me obrigar a desfazer o que estava feito.

O snr. Costa Santos que me desculpe se isto o contraria.

É hoje domingo, tristíssimo para mim como todos os dias.

Do seu de coração (Júlio Dias da Costa, s/d/ p. 150) [26](#)

Com efeito, a República brasileira proclamada em 15 de novembro de 1889 é um dos eventos que precipitam não só modernização na forma como a propriedade intelectual é concebida no Brasil, mas também promove alterações na posição do Brasil face à legislação internacional referente a direitos autorais. Com isso, afeta-se particularmente a relação Brasil / Portugal, cujas convenções tornam-se mais objetivas, de forma a alterar significativamente as idealizações recíprocas e nem sempre lisonjeiras, registradas na correspondência aqui discutida.

Este punhado de cartas e estas magras linhas de autobiografia representam versões privadas e individuais de uma situação social que só agora começa a ser mapeada por histórias

literárias mais comprometidas com a materialidade das práticas no interior das quais a literatura existe e circula.

[1] Texto apresentado no 7.^o Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (Brown University, Providence (RI, USA) 01-06/07/2002) com financiamento da Fapesp. O trabalho é parte da pesquisa do Projeto Memória de Leitura desenvolvido na Unicamp (<http://www.unicamp.br/iel/memoria>) com financiamento do CNPq, da FAPESP e do FAEP. A consulta a parte dos documentos aqui citados foi viabilizada através de apoio ao projeto CAPES-ICCIT junto à PUCRS.

[2] MORAES, Jomar. *Gonçalves Dias: vida e obra*. São Luís: Alumar Cultura, 1998. p. 58.

[3] CABRAL, Antonio. *Camilo desconhecido*. Lisboa: Livr. Ferreira, 1918.

[4] LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. *O preço da leitura*. São Paulo: Ática, 2001.

[5] "Éramos em 1861 4 1006644 (sic) habitantes. Infelizmente, 22 anos antes, só 1 em 88 mancebos freqüentavam a escola." RODRIGUES, Ernesto. *Literatura e jornalismo em Portugal*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Disponível em <http://terravista.pt/nazaré/1165/notas.html>.

Quando Lopes de Mendonça encetou a carreira das letras [1843], a tiragem das obras de Garrett era de quatrocentos e oitenta exemplares [...]

Dos mil exemplares de *O Compilador*, tirado em 1890, 600 foram para Lisboa, 200 para as províncias e 200 para o estrangeiro, colônias e Brasil. Página consultada em 27/05/2002.

[6] A partir de dados disponíveis em <http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/censohistorico/default.shtm> bem como recorrendo às cifras mencionadas por Rômulo de Carvalho (op.cit. p. 635) é possível construir a seguinte tabela que contrasta números da população brasileira (no Brasil, o primeiro censo data de 1872) e da população portuguesa

População	Portugal	Brasil
1872		9.930.478
1878	4.550 699	
1890	5.049 729	14.333,915
1900	5.423 132	17.318.556

[7] Relativamente ao papel do livro didático na profissionalização do escritor cf. LAJOLO, M. & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

[8] CASTILHO, Antonio Feliciano de. *Correspondência pedagógica*. Seleção, introdução e notas de Fernando Castelo Branco. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência. Centro de Investigação Pedagógica, 1975. p. 405.

[9] Cf. LAJOLO & ZILBERMAN, op. cit.

[10] CASTILHO, op. cit., p. 237.

[11] Para Arnaldo Faro, "Se havia problema, no século passado, que preocupasse os escritores portugueses – os de sucesso, bem entendido – era o dos direitos autorais no Brasil [...] A sua [de Eça de Queiroz, ml] produção literária continuava tendo vasto consumo entre nós e o mercado brasileiro igualara, passara mesmo a superar o da antiga Metrópole" (p. 59) "Sucesso em Portugal queria dizer contrafação no Brasil" (p. 62) FARO, Arnaldo. *Eça e o Brasil*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1977.

[12] cf. LAJOLO, M. Circulação e consumo do livro infantil brasileiro: um percurso marcado. In: KHEDE, S. *Literatura infanto-juvenil: um gênero polêmico*. Petrópolis: Vozes, 1986. Cf. LAJOLO, M & Zilberman, Os livros que vinham de longe. In *A formação da leitura no Brasil*. 3^a. Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

[13] CASTILHO, op. cit., p. 245.

[14] Várias das (poucas) informações disponíveis são relativas a Eça de Queirós: "Em 1878, no mesmo ano em que aparece *Primo* – na edição oficial da Chardron e na contrafação carioca – é lançada também no Rio a contrafação do *Crime*, reproduzindo o texto de 1876, mencionando como impressor a Typografia da Gazeta de Notícias. FARO, Arnaldo. *Eça e o Brasil*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1977. p. 184. Cf. ainda MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

[15] CABRAL, op. cit.

[16] CASTILHO, op. cit., p. 355.

[17] A obra, de 1846, também é conhecida como *Método Português Castilho* .

[18] No número 41 do *Jornal da Sociedade Católica* de 1845, as páginas CCCLXXI a CCCLXXII contêm implacável crítica ao romance: *Faz lástima entrar numa livraria composta à moderna, e ver os lugares mais distintos ocupados pelos efêmeros novelistas do tempo, os imitadores servis de frioleiras francesas, enquanto os nossos melhores clássicos, um Fr. Luiz de Souza, um Fernão Mendez Pinto, um Pe. Manuel Bernardes, ou não se acham de todo na coleção, ou se ali são sofridos ficam desterrados em algum canto escuro, condenados a um vergonhoso esquecimento e desprezo.* RODRIGUES, op. cit. Cf. ainda ABREU, Márcia. *O caminho dos livros*. Tese de Livre-Docência. IEL/Unicamp, 2002.

[19] CASTILHO, op. cit., p. 355-60.

[20] MARQUES, Henrique. *Memórias de um editor*. Lisboa: Livraria Central Editora, 1935. p. 239-46.

21 MARQUES, op. cit., p. 239-46.

22 COSTA, Júlio Dias da (org.). *Dois anos na agonia*. (Cartas de Camilo e de Ana Plácido a Freitas Fortuna). Lisboa: Livraria Editora Guimarães, s. d. p. 93.

23 COSTA, op. cit., p. 150.

24 Tomás Ribeiro, no outono de 1862 vende aos editores Melchiades & Companhia a Segunda edição de seu poema por um conto de réis. Os cálculos em 1872, eram mais ou menos estes: *uma tiragem de mil exemplares para Portugal e dois mil para o Brasil, vendida a 500 réis, perfaz 1.500\$ Retirados 500\$000 para a impressão, fica lucro, a dividir a pelo autor e editor (que tem deveres com livrarias e distribuição) de 1.000 \$ 000 réis. Mas o pior dos mundos cai sobre o autor que ainda aguarda percentagem de direitos autorais e editor indefeso se pirata brasileiro se antecipar e reimprimir o exemplar que levou da Metrópole: lá se vão dois terços dos ganhos*". RODRIGUES, op. cit.

25 João José dos Reis Júnior, proprietário da *Companhia Brasileira de Navegação Transatlântica*, conde Matosinhos [ou Visconde de S. Salvador de Mattosinhos ? ml], em 1884, foi um dos fundadores do jornal brasileiro *O País* (do qual era editor) e, na mesma década de oitenta, dono de uma tipografia na Rua do Ouvidor [Typographia do Paiz]. Foi também sócio – generosamente contribuinte – do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Registra-se ainda em sua desconhecida biografia, um duelo que teria travado com Ferreira de Araújo, redator de jornal rival de *O Paiz*.

26 COSTA, op. cit., p. 93.